



AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DO
"PROJETO DA VARIANTE SUDESTE
À VILA DO LOURIÇAL- LOURIÇAL"
PROCESSO Nº 44_AJD_SA_14



**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DA MINUTA DO
CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS (ANEXO I)**

Alínea a) do nº 7.1. do Convite



MUNICÍPIO DE POMBAL

AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DO “PROJETO DA VARIANTE SUDESTE À VILA DO LOURIÇAL – LOURIÇAL” –
PROCESSO Nº 044_AJD_SA_14**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I**

Alínea a) do nº 7.1. do Convite

- 1 - Alfredo Campos Pereira da Costa, titular do Cartão de Cidadão nº 02706618 5ZZ7, válido até 2016/10/08 e Manuel Mário Quinaz Garcia Ferreira, titular do B.I. nº 2584101 de 2005/02/04, do arquivo do Porto, ambos com morada profissional na Rua Manuel Pinto de Azevedo, 711 – 3º a 6º, 4100-321 Porto, na qualidade de representantes legais da FASE - Estudos e Projectos SA, com o nº de identificação fiscal 509021050, com sede na Rua Manuel Pinto de Azevedo, nº 711 – 3º a 6º, 4100-321 Porto, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do **PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DO “PROJETO DA VARIANTE SUDESTE À VILA DO LOURIÇAL – LOURIÇAL” – PROCESSO Nº 044_AJD_SA_14**, declaram, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declaram aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declaram também que executarão o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que juntam em anexo:
- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos (anexo I);
 - b) Proposta de preço (anexo II);
 - c) Documentos exigidos na cláusula 4ª do caderno de encargos – condições especiais.
- 3 – Declaram ainda que renunciam a foro especial e se submetem, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 – Mais declaram, sob compromisso de honra, que:
- a) Não se encontram em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem têm o respetivo processo pendente;
 - b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração não foram condenados por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
 - c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - d) Têm a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - e) Têm a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no nº 1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
 - g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;

- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
 - i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
 - j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
5. Os declarantes têm pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações, implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, a FASE – Estudos e Projectos, SA obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o Anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
7. Os declarantes têm ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Porto, 27 de agosto de 2014



Alfredo Pereira da Costa (Eng.º)
Administrador



Manuel Quinaz Ferreira (Eng.º)
Administrador